

Aporias da memória: papéis sociais na narrativa de Luis Bernardo Honwana

Prof. Dr. Cláudio do Carmo¹

Resumo: Este trabalho se posta na linha de pesquisa sobre Estudos Culturais desenvolvido no DLA da Universidade Estadual de Santa Cruz, e tem como escopo investigar a emergência de uma memória que se coloca nos termos de uma aporia, visto condicionar sua existência a duas possibilidades aparentemente distintas: de um lado, o paroxismo que se traduz numa espécie de saturação de imagens e discursos, em um excesso da própria memória; de outro, a constatação de efemeridade ou um esvaziamento em que a memória perde seu status e se relativiza. Os papéis sociais da memória são representados, e discutidos, à luz da narrativa peculiar do escritor moçambicano Luis Bernardo Honwana, notadamente em dois de seus contos “As mãos dos pretos” e “Inventário de imóveis e jacentes”, que atualizam e trazem à tona as vicissitudes de uma dramatização social que não cessa de provocar tensões.

Palavras-chaves: Memória; Representação; Contemporaneidade.

Uma espécie de consenso quanto ao processo mnemônico, é o que apontam os estudos pontuais de Maurice Hawbwcs (2006, p. 7-191), pois detectaram que a memória individual se constrói a partir de

¹ Professor adjunto do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz – Bahia.

uma memória coletiva. Neste sentido, a percepção da individualidade se estabelece em relação ao social. Considerando as várias possibilidades semânticas relacionadas ao gênero, podemos assegurar em tais construtos típicos individuais uma hierarquia no sentido de uma ascendência do espaço público que infere e constrói o individual.

Presente na palavra organizada, através do discurso, ou mesmo na não-palavra, na ausência, quando seu uso é quase imperceptível, a memória desempenha um papel subliminar, constituindo uma narrativa que dá sustento à epiderme textual, visto que seus aspectos evocados de forma metafórica ou concreta constituem percepções de traços históricos e sociais, em razão da nublada estrutura sob a máscara das atitudes políticas. Com efeito, nuances e propósitos da memória são minimizados como atos irrelevantes, dada a sua pouca visibilidade na interferência do real.

O texto da memória social desprestigiado como capital político, visto não reunir condições aparentes para a sua eficaz dramatização, causa o transtorno das estratégias tradicionais ao veicular novas possibilidades, por vezes mais violentas, no manejo do poder.

Sabemos que a memória no seu entendimento mais primário informa não só um fenômeno de caráter psíquico, mas, sobretudo, serve de instrumento a grupamentos coletivos na construção de seu imaginário. A grande resolução neste momento é a nitidez destas construções, que até há pouco estavam ao nosso dispor e agora parecem envoltas em complexos entendimentos de caráter volátil. Com efeito, as construções imaginárias da memória tinham

nas formas concretas sua atuação ritual. E ganham contornos dramáticos quando tal referência se esvazia em forma de relações sociais e cotidianas que parecem não abastecer nenhuma estratégia de risco.

A visibilidade da percepção de uma memória social e de suas possíveis implicações se torna complexa na medida em que seu texto é difuso e de contorno inócuo. Se, por um lado, esta caracterização favorece imperativos não-políticos na condução arbitrária de manipulações e dominações de caráter social, de outro modo estabelece, paradoxalmente, a possibilidade de refúgio e afrontamento na luta pelo poder. Tal condição se verifica a partir, mesmo, do relativo e proporcional lugar exercido pelo texto da memória que se reflete no papel secundário àquele exercido pela tribuna tradicional.

As relações sociais se acomodam como um significativo evazivo no conjunto de decifrações da memória, no entanto este parece sinalizar certo corpus e ratificar uma relativa exclusão que se manifesta a serviço de desdobramentos políticos arbitrários, na medida em que estes textos (os capitais sociais) são ficções, pois pontuam um papel dúbio da verdade.

Vale assinalar, no entanto, esta esfera periférica que desempenha um título mais incisivo no desnudamento dos conflitos travados no texto da memória. Trata-se de um conjunto de discursos plenos no manejo de construção da memória.

É na memória coletiva que vamos encontrar as formas esvaziadas do cotidiano. Elas se mascaram e, com efeito, se tornam propícias a um sem-número de interpretações e estratégias de poder.

Não raro, a apropriação da memória tem sido um

artifício na arqueologia das sociedades. A nação, e toda a articulação que a define como a identidade, a personalidade cultural e política e mesmo a soberania, tinham no argumento dos bens simbólicos a razão material e visivelmente afetiva da sua existência. Desta forma, as narrativas legitimadoras da memória sempre estiveram presentes na percepção mais visível do estrato social.

Há um deslocamento da tônica. Se antes havia um relato uno e homogêneo no qual o imaginário nacional se assentava, agora prevalece a polifonia em que a construção desenha outros propósitos, menos visíveis, certamente, e de ressonância reduzida.

A identidade antes argumentada como elemento definitivo e de forte conotação global, se descredencia com a emergência das formas afetivas locais. As identidades formam um novo esboço de nação, embora ainda subjugadas à burocracia hegemônica do Estado.

Na obra capital de Luis Bernardo Honwana (1980, p. 5-96), *Nós matamos o cão-tinhoso*, o problema de uma memória que desempenha um papel de identidade tradicional se faz valer, ou seja, excesso de memória que parece acentuar as origens de uma luta colonial já descontínua, mas permanente, simbolicamente. Ao mesmo tempo esta guerra das memórias (JEUDI, 1990, p. 5-40), que opõe de um lado a insistente fluência colonial e de outro a constatação da prevalência do esquecimento, querendo declinar de uma memória tão contundente, são aspetos primordiais encontrados na obra.

Em “Inventário de Imóveis e Jacentes”, um dos contos que teatraliza esta guerra das memórias, percebemos a nítida aporia: “É por isso que não tenho

assim tanta vontade de sair da cama, embora não tenha sono nenhum” (HONWANA, 1980, p. 39). A constatação do narrador, um misto de resignação pela letargia das pessoas em sua volta que nada percebem, nada veem, que não querem lembrar, contrasta com a sua explícita ausência de sono, que registra a memória de um momento que não se quer esquecer.

Vislumbra-se sob o conjunto das identidades das exclusões, os fragmentos de uma nação real que a construção hegemônica relega. Neste aspecto, o paralelo se faz capaz de demonstrar a convicção de posturas diferenciadas para um uso semelhante. São duas narrativas exemplares: *As mãos dos pretos*, cujo narrador, uma criança, busca num processo incessante de descoberta encontrar suas origens simbolizadas nas mãos brancas dos pretos que ensejam a indagação. Afinal de contas, por que as mãos dos pretos são brancas? Reside aí uma sucessiva peripécia que conduz a narrativa e o faz destilando os vários papéis sociais representados e trazidos à luz por uma memória que se faz construir, memória que oprime e que expõe dramaticamente a dor individual a partir do social. Neste sentido, Huyssen (2000, p. 16) observa que há uma disseminação geográfica da cultura da memória tanto quanto é seu uso político e nem sempre é possível traçar uma separação entre um passado mitológico e um passado real, mas é certo que “a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais.”

As duas narrativas parecem encerrar ficções da memória no intuito de politizar as práticas de conservação da burocracia do Estado.

A mudança nas relações sociais ainda é um desafio a

se distinguir na contemporaneidade, no entanto, nunca tivemos um conflito tão acirrado entre as memórias. A constituição da memória e sua apropriação demandam, em nossos dias, formas diferenciadas de mascaramento.

Se por um lado estamos diante das tradicionais estratégias burocratizantes do Estado na condução desta apropriação, por outro nos vemos diante de tentativas de autogovernabilidade da memória, sobretudo quando nos deparamos com sua manifestação local e fragmentada. Se antes a eleição do monumento de pedra e cal significava a opção de uma elite e uma tradição inabalável, posteriormente haveria a desfiguração ou mesmo o questionamento desta tradição. Porém, é pacífico o entendimento da distinção das duas modalidades de representação.

A capacidade de negociação daqueles que estão à margem da memória imperativa torna-se a grande ameaça à combinação de resultados das forças que controlam o poder. Elas carecem de classificação e, logo, de dimensão na sua eficácia na dramatização das relações sociais e políticas.

Tais modalidades narrativas parecem possibilidades de desestabilização. A cena contemporânea traz consigo a autoridade dos bens simbólicos que parecem se legitimar no cotidiano e na esfera do próprio indivíduo; não mais restrito tão somente ao espaço público *clássico*, mas abarcando um espaço público redimensionado em cogitações diferenciadas e reconhecimentos esvaziados ou relativos.

No inventário descrito por Honwana, há um nítido paralelo entre forma e conteúdo que expõe a aporia entre o concreto e o sentimento latente que parece não

morrer. Se por um lado as atitudes dos personagens nos levam à constatação de uma morte simbólica, por outro a presença observadora do narrador insiste em trazer à tona uma memória que se quer viva. O inventário se debruça sobre o que não é mais, no entanto presentifica o drama. Alguns sinais do pesadelo da morte podem ser detectados nas falas plausíveis e sem brilho de personagens que já não são, não representam mais nada socialmente, pois suas referências foram aniquiladas pelo ambiente que não se reconhece. “As portas e as janelas estão fechadas”, “o ar está pesado neste quarto”, “Esta última tem as paredes enegrecidas pelo fumo”. São sintomas de um espaço que sugere a imobilidade da morte, a impossibilidade da reação, enfim a resignação que é morte. Assim, se os papéis sociais não se fazem mais representar, pois padecem da letargia da morte que ficou no passado, o narrador traz à vida personagens e parece chamá-los a desempenhar papéis que, adormecidos, a memória os incita a rerepresentar.

Referências

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HONWANA, Luís Bernardo. **Nós matámos o cão tihoso**. 4 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1988. Fixões. 18.

JEUDI, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Editorial, 2005.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.